

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal (D. U. B.)

Class.: Diritos Indígenas

Data: 29 de agosto de 1989

Pg.: DINR 0160

Silvio Meira

Indianismo e latifúndio

Não poucas vezes temos escrito em jornais e falado em conferências em defesa dos indígenas brasileiros, objeto hoje de atenções universais, por algumas nações que se mostram sensibilizadas por sua causa, quando, elas próprias, destruíram os habitantes autóctones no passado. Outras, por serem européias, jamais conviveram com essa parcela da humanidade, mas têm as suas histórias banhadas de sangue humano, quer em guerras externas injustas, quer em suplícios em noite de São Bartolomeu, inquisições, guilhotinas, câmaras de gás e outras misérias.

A falta de assunto ou talvez para esconder as suas próprias mazelas históricas, voltam-se agora para os índios brasileiros, como se o Brasil não tivesse governo, nem homens capazes de resolver os seus problemas. Há outra causa por trás disso tudo: os minerais abundantes só descobertos em certas regiões nas últimas décadas, apesar dos relatos antigos de viajantes, cientistas e exploradores, entre eles os franceses Jules Nicolas Crévaux e Henri Coudreau, que devassaram a Amazônia brasileira. As riquezas vegetais, valores admiráveis, também foram objeto de estudos científicos magníficos entre muitos por Von Martius, pelo italiano Stradelli (biografado por Luís da Câmara Cascudo), Vom Humboldt que, penetrando pelo Orinoco, foi mal interpretado pela corte ao tempo de dom João VI, como se fora um estranho aventureiro, perigoso para a política luso-brasileira daquele tempo. Citem-se mais Walter Raleigh (1595), Keymis (1596), Harvey (1608) Simon et Edmee Mentelle (1782), Thiebault (1819), Leprieur (1831), Adam le Bauve (1833) Peyron (1857). Mas voltemos aos índios. Essa gente não tem amor nenhum ao silvícola, mas às terras que eles ocupam, as quais por preceito constitucional, pertencem à União. É preciso rever as autorizações para penetrarem na Amazônia dadas a certos indivíduos, que se dizem "missionários" e algumas entidades, que se apresentam como científicas. Agora mesmo o governo brasileiro, num primeiro ato louvável de afirmação de nossa soberania, expulsou da Amazônia um grupo de franceses com seus balões, que deveriam andar à cata de minerais e não de conclusões científicas. A Guiana Francesa possui também floresta amazônica e índios, no entanto, vêm esses

expedicionários para o nosso território quando, ali bem perto, possuem áreas que são um prolongamento do Brasil, além das serras de Acarai e Tumucumaque e do rio Oiapoque não é estranho? A Guiana, historicamente desprezada pela França, continua sendo um enclave colonial na América do Sul, de difícil aceitação. No entanto, as nações antiimperialistas conservam um silêncio tumbulár a respeito. Por que não exploram as matas guianenses?

Voltemos de novo aos índios. A luta pela demarcação de terras indígenas nem sempre apresenta um propósito sadio. É fácil demonstrar, tendo em vista a desproporção entre os números de habitantes silvícolas e as áreas pretendidas ou já asseguradas.

Temos em mãos estatísticas oficiais referentes as zonas indígenas sob a jurisdição da 4ª Superintendência Executiva Regional da Funai, no extremo-norte do país. Foram-nos fornecidas pela própria Funai.

Na área indígena do Uaçá, município de Oiapoque, Estado do Amapá, existe uma população de Karipunas, Palikur e Galibi Marworno num total de 2.536 índios, aos quais foi reservada uma área de 454.660 hectares.

Na Juminã, para apenas 83 (oitenta e três) índios Karipunas e Galibi Marworno foi delimitada uma extensão de 24.000 hectares. Dividam-se os 24.000 ha por 83 índios e ver-se-á que, latifundiários na Amazônia, nem sempre são os "brancos".

Na Galibi, no mesmo Estado, para 93 índios foram reservados 6.689 hectares, pela portaria nº 1.369/E de 24.08.1982 e homologada, a demarcação, pelo decreto nº 87.844 de 21.11.82.

Na Waiapi, nos municípios de Macapá e Mazagão, no mesmo Estado do Amapá, para uma população de apenas 290 índios foi reservada um porção de terra com 543.000 hectares. Vamos repetir: quinhentos e quarenta e três mil hectares para duzentos e noventa silvícolas, que se enquadrariam, perfeitamente, na categoria de latifundiários, de acordo com as definições do Estatuto da Terra, promulgado no governo Castelo Branco. E latifundiários que não produzem.

Eis aí. O colono nacional, especialmente o nordestino e o migrante do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas e outras unidades da federação, que se deslocam para a Amazônia, em busca de trabalho teriam direito, pelo plano ocupacional do Incra para a Transamazônica, a um lote de 500mx500m, para agricultura, um pouco maior para a pecuária. Possuímos mapas da região Altamira-Itaituba.

Fazendas produtivas em todo o Brasil embora estagnadas por falta de recursos de seus proprietários, têm sido desapropriadas... e já houve até um projeto, gorado em tempo, em que se desapropriava todo o município de Londrina!

No parque indígena de Tumucumaque, municípios de Almeirim, Obidos, Oriximiná e Alenquer, para 757 (setecentos e cinquenta e sete) índios das tribos Waiana-apalai, foram reservados dois milhões e setecentos mil hectares (2.700.000 ha), em virtude do decreto nº 62.998 de 16/07.1968.

Evidentemente, isso é um exagero. Explique-se que aqueles municípios são riquíssimos em minerais. Certa vez, um ex-prefeito de Alenquer, Antônio Brito, entregou-nos um pacote de ametistas brutas, sem valor comercial (e que está à disposição de quem queira vê-las), que colheu à flor da terra naquela região.

Assim se explicam os interesses humanitários de nações, "cientistas" e "missionários", que desejam explorá-los, usando como escudo o índio.

É preciso reagir, e já. E pô-los fora a toque de caixa, como o fizeram nossos antepassados.